



Eixo 1: Estado, Capital e Políticas Públicas no Campo.

**CONTRIBUIÇÕES DO PLANO CAMPONÊS PARA O SEMIÁRIDO  
NORDESTINO: PROPOSTA DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS  
AGRICULTORES (MPA)**

**Leomárcio Araújo da Silva**

Especialista em Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido pelo PRONERA/UFPB/INSA. Licenciado em História e Tecnólogo em Agroecologia pela AS-PTA. Membro da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Compõe o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) a partir da Direção Estadual da Bahia e Nacional. E-mail: [leomarcio.mpa@gmail.com](mailto:leomarcio.mpa@gmail.com).

**Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo apresentar o Plano Camponês como proposta política do MPA, e analisar sua relação com o semiárido. Utiliza como opção metodológica os princípios da dialética, fundamentados em Marx. Apresenta o processo de maturação política do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ao longo dos seus 20 anos de vida e organização e sua concepção sobre campesinato como classe social, como sujeito político capaz de dar sua contribuição para a construção de um Projeto Popular para o Brasil. Faz uma descrição detalhada do Plano Camponês e as estratégias de luta do MPA reafirmando a aliança compensa e operária como elemento tático e estratégico para a sua materialização. Toma como suporte algumas elaborações e registros do próprio movimento, de militantes, bem como de alguns teóricos utilizados como referência tais quais Horácio Martins de Carvalho, Frei Sergio, Valter Israel da Silva, Maria José da Costa, Marcelo Leal Teles da Silva, Raul Krauser e Leila Santana da Silva. Como resultado considera salutar, oportuna e ousada a iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores e a proposição do Plano Camponês como contribuição relevante para as transformações necessárias no campo brasileiro.

**Palavras Chaves:** Campesinato; Plano Camponês; Agronegócio.

**INTRODUÇÃO**

Para a realização deste trabalho de pesquisa tomo como objeto o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), por reconhecê-lo como uma das organizações camponesas que tem centrado esforços ao longo da sua trajetória sob as questões substanciais para a realidade e perspectivas camponesas da contemporaneidade, opondo-se à leitura clássica hegemônica que tem prevalecido sobre o campesinato. Busco apresentar o Plano Camponês como proposta política do MPA e analisar sua relação com o semiárido. Para a realização desta pesquisa faço a opção metodológica fundada nos princípios da dialética, fundamentando em Marx. Assim, como afirma Wanchowicz, a totalidade, a historicidade e a contradição são as categorias metodológicas mais importantes na Dialética.

Para este objeto de pesquisa a complexidade se amplia quando se trata de questionar, de contrapor concepções históricas que tem orientado a formulação das principais políticas para o campo brasileiro. Será feita breve memória ao processo de maturação pelo qual segue passando o MPA, identificando o que há de central em suas concepções e qual a consistência da sua proposição para o Semiárido no atual contexto, tomarei como base as elaborações do próprio movimento, seja pelo material publicado, por documentos internos e ou relatórios onde o tema foi abordado em cada espaço de suas instâncias buscando extrair pontos comuns nas especificidades de cada modo de ser e de viver no campo, na relação familiar, nas relações de trabalho e na relação com a natureza, identificando-o como *um modo de ser, de viver e produzir* especificamente camponês colocando-o em contradição inconciliável com a burguesia.

O MPA passa num curto espaço de tempo a organizar um processo de estudos reunindo dezenas de renomados “agraristas brasileiros” no intuito de compreender *como vivem os camponeses no Brasil contemporâneo; os diferentes modos de vida e de expressões identitárias; seus desafios e possibilidades*, o que exigiu uma retrospectiva histórica ao processo de ocupação do campo brasileiro e os principais conflitos pelas ocupações, resistências e afirmação do campesinato no Brasil, dando origem a obra *História Social do Campesinato*<sup>1</sup>. Como resultado das análises e diante de uma realidade vivida na organização, sente-se a necessidade de aproximar o olhar sobre a proposta política do MPA sintetizada no Plano Camponês.

## **1. O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA)**

### **1.1. História do MPA: breve memória**

O MPA é fruto das condições objetivas e subjetivas do campesinato, das manifestações espontâneas dos agricultores insatisfeitos com a ausência de políticas públicas que lhes permitissem viver no campo com os seus direitos básicos garantidos. A forte redução de chuvas nos anos de 1995 e 1996 no Rio Grande do Sul, resultou no endividamento agrícola e a falta da produção de alimentos, o que resulta num dos maiores movimentos espontâneos do RS, *Acampamento da Seca*, pelo qual passou mais

---

<sup>1</sup> A ideia de organizar uma História Social do Campesinato no Brasil aflorou no fim de 2003. O Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), com envolvimento, em seguida, da Via Campesina Brasil. O pesquisador Horácio Martins de Carvalho e os pesquisadores Delma Pessanha Neves, Márcia Maria Menendes Motta e Carlos Walter Porto-Gonçalves, que decidiram, em reunião nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF), no início de 2004. O resultado é a publicação destes dez volumes da Coleção História Social do Campesinato no Brasil.

de 30 mil pessoas, dando origem a um novo movimento camponês.

(...) nasce num contexto histórico de abertura da economia, de implantação do Neoliberalismo, de mercantilização absoluta dos alimentos e de ampliação extraordinária do controle das multinacionais sobre as cadeias produtivas. O primeiro grito do MPA no seu início de existência foi um grito que ecoou na sociedade e a sua mensagem era que existia no Brasil uma pequena agricultura ampla em números absolutos e ampla na participação da produção de alimentos, e que apesar de ter sido decretada sua extinção por algumas vezes isso não havia acontecido. (MPA, p. 7, 2012).

Construir-se um “Movimento Social, de massa, autônomo, de caráter nacional e de luta permanente, dirigido pelo próprio campesinato”, num contexto onde os homens e as mulheres da *roça*, já não se sentiam representados pela base sindical. Contemporaneamente, motivados mais especificamente pela “falta de representação política surgem em Rondônia, no Espírito Santo e Minas Gerais estabelece uma relação direta entre lideranças que estão à frente dos processos nos referidos estados afirmando o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) como um movimento social de caráter nacional. Em 2003 em seu segundo Encontro Nacional, na cidade de Ouro Preto do Oeste, estado de Rondônia, toma como desafio conhecer as diferentes concepções em torno do sujeito em processo de organização em sua base social – campesinato.

As indagações próprias do movimento lhes remeteram a articulação nacional de mais de cem intelectuais do Brasil e de outros países resultaram na obra HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL<sup>2</sup>, que aliando o processo de lutas e a opção pelo estudo permitiu ao MPA se posicionar em contraponto às teses do *Fim do Campesinato*<sup>3</sup> e *Metamorfose Camponesa*<sup>4</sup>.

Os espaços paralelos organizados pelo MPA juntamente a sua militância, coordenações e parceiros sob forma de *seminários, palestras, cursos e escolas de*

---

<sup>2</sup> A construção da obra foi coordenada pelo MPA, que resultou na relação construída com mais de 100 intelectuais resultando na organização de cinco livros com 9 tomos, e posteriormente o 10º livro intitulado *Mulheres Camponesas*.

<sup>3</sup> Esta tese advoga que o desenvolvimento econômico e a competição capitalista levarão inevitavelmente à uma diferenciação do campesinato entre camponeses que vão se capitalizando e se tornam empresários capitalistas e camponeses que vão empobrecendo até se tornarem trabalhadores assalariados. É o fim do campesinato e a urbanização quase total da sociedade.

<sup>4</sup> Esta tese defende que o camponês deve se metamorfosear, se transformar em um agricultor moderno, integrado à grande agroindústria e à cadeia produtiva do agronegócio ou ainda explorar nichos de mercado como os alimentos orgânicos e o turismo rural, assim o camponês se transforma em um profissional do campo complementar ao agronegócio. Nesta perspectiva haveria segundo, alguns estudiosos, lugar para 700 mil famílias no campo, portanto cerca de 3,3 milhões de estabelecimentos do campo deixariam de existir, mais de 7 milhões de famílias iriam buscar nas cidades sua forma de vida e sustento.

*formação* em torno do tema Campesinato que subsidiaram a coordenação do movimento pela Práxis lhes permitiu compreender que,

“Camponês” e “campesinato” são palavras recentes no vocabulário brasileiro. Elas aqui chegaram pelo caminho da importação política, introduzidas pelas esquerdas, a partir da década de 50. “Camponês” e “latifundiário” são “palavras políticas”, introduzidas para explicitar a existência de duas classes sociais no campo e para “dar unidade às lutas camponesas”. Não são, portanto, meras palavras. Estão “enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais” (MARTINS, 1990, p. 21-3)

## **1.2. Como o MPA concebe o Campesinato.**

Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo, é um modo de viver, é uma cultura própria de relação com a natureza, é uma forma diferenciada de vida comunitária. Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista, mas esta forma de agricultura não se define só pela forma como trabalha, mantém de outro lado a luta por autonomia frente ao mercado e as políticas de industrialização da agricultura como uma constante. Essa luta se caracteriza pela produção incessante de uma base de recursos autocontrolada e autogerida e pelo desenvolvimento de formas camponesas de produção em cooperação com a natureza viva.

O campesinato expressa “uma forma de produzir e viver, com particularidades culturais marcadamente regionais, mas com uma base material comum que produz interesses sociais, econômicos e políticos que o unificam” (MPA, Doc. Interno). A construção da sua autonomia relativa exigirá, segundo Carvalho “a construção de uma teoria geral sobre o campesinato nas formações econômicas e sociais sob a dominação-hegemonia do capital”. Essa concepção tem sido a base, o embrião para a elaboração de uma “estratégia global” para a afirmação do campesinato como classe social, condição essencial que as lutas camponesas apontem para a necessidade de ruptura da dependência camponesa do capital.

Somente a construção da estratégia capaz de avançar no rompimento da subalternidade política e ideológica camponesa ao capital que a afirmação da autonomia camponesa poderá se desenvolver e adquirir forma. E não haverá possibilidade efetiva dessa afirmação camponesa sem que se vislumbre um caminho capaz de superar o modo de produção capitalista dominante, particularmente no campo. (CARVALHO, 2015, p 7).

Evidentemente, isso implica dizer que o MPA, ao adquirir este entendimento, interioriza a mística da construção de novas formas de sociabilidades com a responsabilidade de fazer o enfrentamento direto ao capital, principalmente com o enfrentamento de ações capitalistas que tem ameaçado imediatamente a vida camponesa, a exemplo do controle por empresas multinacionais das sementes.

Vivenciamos um período histórico onde parte significativa do campesinato tem consciência política da contradição a que estão submetidos e transforma esta consciência em ação concreta na defesa dos seus interesses. Para além desta consciência,

“O campesinato está inserido de maneira diferenciada nas relações de produção, pois é dono ou tem acesso aos meios de produção e também é o sujeito que realiza o trabalho. Tem uma cultura, um modo de vida próprio. Tem projeto próprio, que no Movimento dos Pequenos Agricultores pode ser sintetizado no Plano Camponês e no conjunto da via campesina na Soberania Alimentar. Tem uma organização política em nível nacional e internacional, materializada nos movimentos sociais do campo e na Via Campesina. Vive uma contradição de interesses direta com o agronegócio (SILVA, 2014 p. 87).

Por isso, o MPA afirma o campesinato enquanto classe social, de modo que pudessem não somente aumentar qualitativa e quantitativamente as reivindicações e protestos mas, sobretudo, de “enfrentamento político e ideológico no contexto das contradições sociais com as diversas frações da burguesia, para a realização de seus interesses de classe como camponeses”. (CARVALHO, 2015, p 12).

## **2. PROPOSTA POLÍTICA DO MPA PARA O CAMPO BRASILEIRO.**

O período referente ao primeiro mandato do governo Lula, onde era perceptível de um lado, a dispersão na pauta do próprio MPA e de outro lado a opção do Governo pelo não rompimento com o pacto de poder construído pelo estado com o Agronegócio nos anos 98/99 e de atuar com o campesinato nos marcos conceituais da Agricultura Familiar, tendo o Pronaf como principal instrumento legal e operacional de apoio a este público. Sentiu-se a necessidade de uma síntese que expresse as reflexões e proposições do movimento, uma proposta mais consistente, um projeto estratégico mais profundo, organizado e robusto, que aborde as questões comuns ao campesinato do Norte ao Sul do país.

O MPA tinha reivindicações de sentido estratégico, mas faltava um Plano, um projeto. Topou-se o desafio de construí-lo, no debate, no estudo e no confronto permanente com a prática camponesa, tanto no âmbito da política, como da produção, da cultura, da vida das comunidades, etc. (GORGEN, 2013).

Este contexto foi determinante para que o movimento, tratasse de escrever suas reflexões e assim elaborou, discutiu e consolidou uma proposta ampla e global para o desenvolvimento da agricultura camponesa, uma meta síntese e uma estratégia de transformação. Por isso, necessita superar o limite da resistência como prática histórica, característica fortemente percebida na região nordeste desde os povos originários, os povos negros escravizados a exemplo de Palmares, os deserdados da terra impulsionados pelo sentimento e liderança Messiânica o que passou com Canudos, Contestado, Caldeirão, Pau de Colher, pela resistência do Cangaço, pelas Ligas Camponesas, seguida no início dos anos 80 com outros importantes atores do Campo, a exemplo dos que hoje compõe a Via Campesina Brasil. Faz-se necessário ao campesinato afirmar-se como sujeito social vital à sociedade.

“Não pode haver uma sociedade organizada, não pode haver um equilíbrio social pleno com uma população rural minguada e o fator de estabilidade social encontramos quando há estabilidade na massa camponesa. Porque tem que recordar que o campesinato é a classe social que mais perdurou ao longo das distintas formações econômico sociais da história (MACHIN, 2011).

O MPA concebe o campesinato enquanto classe social e propõe a construção de um projeto nacional o qual o movimento chama-o de Plano Camponês. A construção do Plano Camponês tem se balizado em alguns conceitos construídos a partir da ação e reflexão do MPA, os quais serão apresentados conforme roteiro sintetizado por Marcelo Leal Teles da Silva (2012), a saber:

**I. Campesinato:** compreendido como uma forma de ser e de viver, com expressivas particularidades culturais regionais, mas com uma base material comum, que produz interesses econômicos e sociais que o unificam como sujeito político na disputa de projeto nacional em confronto com os interesses das classes dominantes com pacto de poder assentados nas políticas de Estado. Ou seja não se define o campesinato apenas por ser uma forma de economia simples, de produção não capitalista.

## **II. Nova base produtiva:**

**II.1. ALIMERGIA:** Projeta o desenvolvimento de novos sistemas camponeses alicerçados na produção de alimento saudável e na preservação ambiental, capaz de gerar energias renováveis a partir dos recursos que o meio dispõe, gerando uma autonomia territorial. Superando portanto, a concepção capitalista resultado da conexão, militar-industrial da agricultura e do pacote da “Revolução Verde”.

**II.2. Sistemas Camponeses de Produção:** Os Sistemas Camponeses de Produção (SCP) devem tomar como base para sua organização, o princípio da diversidade nos processos de produção, do fluxo de produtos e subprodutos internos aos sistemas, construindo espaços com capacidade cada vez maior para a oferta de produtos e cada vez menos dependente de insumos externos. Primando pela interação entre unidade familiar, comunidade e território, através de relações cooperativadas, gerando autonomia, estabelecendo caminhos alicerçados para o redimensionamento das relações campo-cidade.

**II.3. Centros Territoriais de Cooperação:** os Centros Territoriais são espaços construídos em determinadas comunidades camponesas, com boa localização e de fácil acesso, capaz de tornar-se referência pelas práticas (produção, gestão, manejo da água, energia e dos solos) que poderão ser desenvolvidas (produção, beneficiamento, comercialização), sustentadas e geridas pelas famílias camponesas do seu entorno a partir de instrumentos cooperativos socialmente regulados e economicamente viáveis dinamizando práticas no território que permita sua continuação e ampliação mesmo após o término do aporte externo de recursos.

**III. Cooperação:** combinar o desenvolvimento da cooperação em três escalas distintas e articuladas, unidade familiar, comunitária e territorial. O sistema clássico da cooperação destaca o social e o econômico como eixos, no entanto, o estágio atual das relações sócio econômicas da sociedade traz o desafio de um novo eixo, o da cooperação ecológica, dando liga entre os sistemas econômicos sociais e os impactos correspondentes sobre a natureza.

**IV. Ciência e Tecnologia:** Ao campesinato cabe o desenvolvimento e apropriação da base tecnológica que contribua com o fim da penosidade do trabalho, bem como da maximização da renda pelos recursos tecnológicos apropriados aos sistemas camponeses de produção.

A acusação de que os camponeses são irracionais no que tange a incorporação de tecnologias não compreende a especificidade da

forma como o campesinato as seleciona; não faz mediações históricas necessárias com sua condição econômica e social, muito menos questiona o caráter classista, criador de dependência e ambientalmente nocivo de determinadas técnicas. (Silva, p. 3, 2013).

O Plano Camponês deve, portanto, tomar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e seu método, como elementos estratégicos.

**V. Soberania:** trata-se da autonomia política em decidir o que, por que, para quem, quando e onde poder produzir, construindo uma dinâmica sócio econômica e cultural entre cada povo em seus territórios nos aspectos, hídrico, genético, energético, territorial e alimentar.

“Um passo fundamental será discutir a estrutura sob a qual o campesinato está assentado, ou seja, um projeto de desenvolvimento dos territórios camponeses não poderá ignorar a posse e uso da terra”. (Costa, 2013 p. 97)

**VI. Campesinato, tática e estratégia** - Cabe ao campesinato canalizar suas forças, negar e contrapor das mais diversas formas o pacto de poder para sustentação do agronegócio apoiado pela mídia, pelos bancos, pelo congresso e pelos coronéis revestidos de empresários, sob a tutela de forças imperialistas no mundo inteiro.

**VI.1 Lutas de caráter tático** – Exigir junto as políticas de governo, o fortalecimento do campesinato, por meio de políticas públicas. Aqui, não cabe ao campesinato resolver numa lógica competitiva, concorrencial de mercado, senão pela mediação do estado que, por mecanismos de regulação garanta a construção de formas camponesas de produção.

**VI.2 Lutas de caráter estratégico** – As novas demandas poderão tencionar limites do estado de direito, as quais tenderão a repercutir sob a crise que se avizinha em paralelo ao estágio da organização camponesa na formação de um novo bloco sociopolítico, tencionando pela necessidade de mudanças constantes.

**VII. Aliança operário-camponesa:** deverá ser superada a leitura do operariado em relação ao campesinato, concebendo-o como classe, responsável pela produção de alimentos. Não se pode conceber o campesinato como sujeito atrasado.

Uma aliança de novo tipo<sup>5</sup> deve se constituir no apoio do proletariado à luta camponesa por sua existência enquanto classe social e na

---

<sup>5</sup>As questões entre a produção mercantil simples em bases camponesas, a propriedade privada, e transição socialista deverão ser resolvidas pelas gerações que a vivenciarem, mas certamente a história já rejeitou

concepção de um projeto nacional de desenvolvimento em que os camponeses sejam reconhecidos como um dos suportes da produção material e espiritual.

O MPA compreende o Plano Camponês como parte - uma significativa contribuição - da construção do Projeto Popular para o Brasil e sua viabilização como alternativa de poder que reponha o horizonte do socialismo como esperança. Neste sentido o Plano Camponês é um projeto em construção, concebido pelo próprio campesinato, como contribuição para a construção de um projeto de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. Que projete a vida camponesa na sua completude o que só será possível com a superação das relações capitalistas. Toma o tema da Soberania Alimentar como pilar central, e não o restringe a um assunto de interesse apenas do campesinato, mas de *interesse social*, logo compreender o futuro do campesinato e é inevitavelmente debater o futuro das novas gerações, é debater a saúde da terra, das águas e dos povos, é debater a continuidade da vida.

## **2.2. Estágio atual do Plano: Programa Camponês**

Os Movimentos Sociais que compõe a Via Campesina do Rio Grande do Sul, em articulação com setores urbanos organizados, viabilizaram com o apoio do Governo do Estado, no Governo de Tarso Genro, em parceria com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a construção de um projeto piloto - *Programa de Apoio à Agricultura Familiar Camponesa*, apelidado de *Programa Camponês*.

Esse programa prevê investir 100 milhões de reais na cadeia produtiva de alimentos saudáveis, sendo 50 milhões oriundos do Governo Estadual e 50 milhões do BNDES, visando a melhoria das condições para os camponeses/as produzirem, transportarem, processarem/industrializarem e comercializarem alimentos saudáveis, sendo critério obrigatório, projetos que tenham como objetivo a transição para uma agricultura agroecológica. Ainda, estão previstos investimentos na construção de Biofábricas de Insumos (insumos orgânicos e agentes bio controladores) e na construção de pequenas estruturas urbanas de distribuição que facilitem a chegada desses alimentos para mesa dos/as trabalhadores/as gaúchos/as. (EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA CAMPONÊS NO RS. 2015. p 1).

---

os processos de supressão camponesa pela violência, coletivização forçada; dar-se-á, suponho, pelo desenvolvimento de formas de produção materialmente e culturalmente mais elevadas – avaliadas não pelo nosso ideal de hoje, mas pelas exigências da época – que superem no tempo e no espaço, geração pós-geração, não apenas as formas camponesas de produção como também as formas capitalistas de produção.

Este experimento estabeleceu como os seguintes objetivos: a) Estimulo a Cooperação e ao Cooperativismo; b) Crédito desbancarizado com fomento para a reestruturação produtiva; c) Transição massiva para Agroecologia; d) Território como referência de aplicação do Programa; e) Abastecimento Popular; f) Integração de Políticas. O MPA compreende esta experiência como um passo muito importante na implementação prática de ações sintonizadas ao Plano Camponês, a qual tem subsidiado o debate já estabelecido junto com o Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

### **2.3. O Programa Camponês e o Semiárido**

No semiárido o MPA tem na sua base social a relação direta com os pequenos agricultores (praticamente todos mini fundiários), povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, comunidades de fundos e fechos de pasto, vazanteiros e quebradeiras de coco. Essa diversidade tem exigido do conjunto do movimento cotidianamente está se contrapondo a lógica antagônica do capital que homogeneiza, concentra e destrói essa diversidade.

Assim, para além de se opor e questionar projetos governamentais como a *Transposição do Rio São Francisco*, até projetos de grandes corporações multinacionais que a ameaçam a região a exemplo da *Implantação da Unidade de Pesquisa da Monsanto em Pernambuco* o MPA, em articulação com Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e, posteriormente, a Articulação Nacional do Semiárido, a construção de uma proposta intitulada *Organização de Sistemas Camponeses no Semiárido, uma convivência possível e necessária*, que tem como objetivo a organização da produção camponesa visando a soberania alimentar, comercialização e a convivência sustentável com o semiárido.

Portanto, em lugar das instituições, das políticas, dos planos e dos programas para o SAB se limitarem a propor “soluções” para seus “problemas”, recomenda-se valorizar as suas potencialidades (INSA, 2007). Nessa nova concepção, o SAB passa a ser concebido como um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental, combinando a qualidade de vida das famílias com o incentivo às atividades econômicas apropriadas. Trata-se, portanto de uma nova percepção que retira as culpas atribuídas às condições naturais e enxerga o espaço Semiárido com suas potencialidades, características, seus limites e o resgate de um pensamento que foi formulado por Guimarães Duque (DUQUE, 2004) (Organização Projeto, 2012, p. 7).

Deste processo e acúmulo, construiu-se uma proposta intitulada de Programa Camponês em diálogo com o Governo Federal, mas que com o processo de Impeachment da Presidente Dilma e, posterior, Golpe do Governo Temer se interrompe a construção material do Programa, que já estava em curso junto ao MDA. Neste contexto de finalização do diálogo federal, por outro lado, a partir de cada Estado onde o MPA atua, foi autorizado a reconfiguração e novos diálogos a nível de Estados e Municípios, entendendo a necessária contextualização do programa a partir de especificidade e de cada local. Mas, mesmo interiorizando a proposta, preza-se sempre pelas seguintes premissas:

1. Constituir um Programa que afirme a agricultura camponesa como base para o desenvolvimento do campo criando um espaço contra-hegemônico na produção de alimentos;
2. Aproximar, através da produção de alimentos, as forças sociais do campo e da cidade que compartilham interesses comuns de mudanças sociais de caráter popular para o Brasil;
3. Constituir um Programa que crie as condições materiais para a manutenção do camponês no campo, sobretudo a juventude rural, ampliando sua renda, elevando sua consciência social, gerando novas relações de gênero, novos processos produtivos ambientalmente sustentáveis e melhorando sua qualidade de vida;
4. Constituir um Programa que garanta alimento de qualidade para a população e que permita constituir novos mecanismos de produção, distribuição e consumo sob o controle do campesinato.

Toda caminhada vem na intencionalidade de garantir uma proposta que almeje sistemas de produção camponeses que assegurem a produção e oferta de alimento saudável para a população e que permitam constituir novas práticas e relações sociais sob o controle do campesinato. A militância e as lideranças do movimento têm trazido sempre presente a mensagem política do Plano Camponês em todos os espaços que possibilite apresentá-lo, por entender que o momento exige que outros sujeitos políticos da região tomem o desafio como seu no sentido de dar passos para a construção e materialização deste plano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se salutar, oportuna e ousada a iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores, a proposição do Plano Camponês pois incita e exige do campesinato um posicionamento de classe social. Ao campesinato está o desafio latente em construir

outros mercados, fundados em relações sociais cooperativadas, com participação decisiva do estado brasileiro, o qual deve tomar o tema do Alimento Saudável com tema central, estruturando uma Empresa Pública Estatal, que o MPA sugere em suas pautas a reconfiguração da CONAB para uma espécie de CONABRÁS.

Não cabe mais à classe camponesa, não cabe mais ao campesinato nordestino se reduzir às lutas de resistência, não cabe lutar apenas pela sobrevivência, é preciso negá-lo orientado por um projeto de classe. Esse desafio não pode tomar como alternativa, simplesmente a adoção de novas técnicas, práticas produtivas e atividades sócio culturais, dentre outras. Deve ser uma proposta cultural, que possa articular práticas e saberes (políticas, econômicas e tecnológicas) adequadas à especificidade da semiaridez. É oportuno e necessária a unidade das organizações sociais camponesas, especialmente daquelas que compõe a Via Campesina, parceiros potenciais, que tenham a capacidade de identificar os desafios comuns ao campesinato, como elemento anterior as particularidades organizativas, projetando o plano e os passos necessários para seu êxito no Semiárido Brasileiro.

## **REFERÊNCIAS:**

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no séc. XXI: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O impacto negativo do agronegócio burguês na sociedade brasileira.** Curitiba, 2004. (Mimeo).

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Para Além do PRONAF: Propostas de Políticas Estratégicas de Estado para a Agricultura Camponesa.** 2012.

IANNY, Octavio. **Modo de ser e de viver: uma utopia camponesa.** In: CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês.** Construindo o Novo Caminho da Roça, 2007.

\_\_\_\_\_. **Organização de Sistemas Camponês de Produção no Semiárido: uma convivência possível e necessária.** MPA/INSA, 2012.

---

**MPA e a Resistência Camponesa – História, Propostas, Princípios e Organização. Organizar – Produzir – Alimentar.** Brasil, 2005.

SILVA, Valter Israel da. **Classe Camponesa: modo de ser, de viver e de produzir.** Instituto Cultural Padre Josimo, Porto Alegre - RS, 2014.

Via Campesina. **A experiência do Programa Camponês no Rio Grande do Sul.** Arquivo interno. 2015.